

RECURSO ESPECIAL Nº 1.642.989 - PR (2016/0325816-0)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL
RECORRENTE : MARIA SELIANE FERREIRA DE SOUSA RODRIGUES
ADVOGADO : CARLOS HENRIQUE DE SOUSA RODRIGUES - PR029409
RECORRIDO : OS MESMOS

DECISÃO

Trata-se de recurso especial manejado pela **Fazenda Nacional**, com base no art. 105, III, *a*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado (fl. 238):

TRIBUTÁRIO. ANULATÓRIA. IMPOSTO DE RENDA. SERVIDOR ESTADUAL. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. LEGITIMIDADE PASSIVA.

COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL. DISCUSSÃO QUANTO NULIDADE DE LANÇAMENTO FISCAL. LEGITIMIDADE PASSIVA. COMPETÊNCIA FEDERAL. COMPROVAÇÃO DO ACOMETIMENTO DE DOENÇA ISENTIVA. NEFROPATIA GRAVE.

NULIDADE DO DÉBITO. CABIMENTO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

1. No caso dos autos, muito embora os débitos sejam decorrentes da existência de lançamento suplementar, os valores discutidos são decorrentes da incidência do imposto de renda sobre os proventos percebidos pela autora, pensionista do Ministério da Fazenda do Distrito Federal.

2. Em relação ao pedido de repetição do indébito tributário, a legitimidade passiva é do Distrito Federal, ente federativo destinatário do imposto de renda retido na fonte no caso em comento, posto que a autora é pensionista do Distrito Federal.

3. Em relação ao pedido de anulação da cobrança expedida pelo Ministério da Fazenda, bem como do pleito de que a requerida se abstenha de reter, glosar e/ou compensar o débito, somente a Justiça Federal de Curitiba, relativamente a lançamento fiscal emanado da Receita Federal de Curitiba tem legitimidade e competência para desfazer ou anular o ato considerado indevido ou viciado.

4. Incabível a extinção do feito, posto que a legitimidade é da Justiça Federal de Curitiba, e, em segunda instância deste Tribunal, para analisar a questão da anulação do lançamento fiscal, bem como presentes os pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo 5. Considerando que não paira mais controvérsia quanto ao fato da autora ser

portadora de moléstia isentiva (Nefropatia Grave) desde 1º de janeiro de 2008, não há legitimidade para que seja cobrado os débitos referentes ao IRPF, exercício 2012.

6. Assim, se a autora é isenta de imposto de renda desde 2008, por nefropatia grave, não pode ser cobrado débito do mesmo tributo, do exercício de 2012. Portanto, é cabível a anulação do lançamento tributário formalizado através NFLD nº 2010/826899130467295.

7. Em face da modificação da decisão e da sucumbência majoritária da União, condena-se a União no reembolso das custas processuais e no pagamento dos honorários advocatícios, nos termos do art. 20, §§ 3º e 4º do CPC.

Opostos embargos declaratórios pelo ente federal, foram rejeitados (fls. 263/268).

A parte recorrente aponta violação aos arts. 1.022 do CPC/2015; 267, IV, VI, 467, 468, 473, 474, do CPC/73; 5º, XXXVI, 107, 157, da CF; 6º, XIV, XXI, da Lei 7.713/88; 30 da Lei 9.250/95; 43, 111, 176 e 179 do CTN. Sustenta, em resumo, que: (I) a despeito dos embargos de declaração, o Tribunal *a quo* remanesceu omissos acerca das questões neles suscitadas; (II) deve ser reconhecida a carência da ação, com a consequente extinção do feito, pois há a "*coisa julgada da ação nº 500.4104-98.2010.404.7000, na qual restou reconhecida a ilegitimidade da União para figurar no polo passivo, e a incompetência da Justiça Federal, em face dos artigos 109 e 157, da CRFB, haja vista os proventos sobre os quais incide o mesmo IRPF questionado no presente feito serem pagos pelo ente distrital*" (fl. 277) e "*o presente feito visa a assegurar a mesma pretensão que é objeto de demanda ajuizada pela autora perante a Justiça do DF, a qual deve ser objeto de requerimento de execução naquele feito, provisória, em face da sentença proferida naqueles autos, ou definitiva, se houver trânsito em julgado*" (fl. 277), sendo certo, ainda, que a justiça federal é incompetente para decidir litígio a respeito de imposto de renda retido de servidor estadual; e (III) a prova da doença para fins de isenção de imposto de renda deve-se dar por meio de laudo oficial, o qual não constou dos presentes autos.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Em recurso especial não cabe invocar violação a norma constitucional, razão pela qual o presente apelo não pode ser conhecido relativamente à apontada ofensa

aos arts. 5º, XXXVI, 107 e 157, da Constituição Federal.

Adiante, é deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegação de ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015 se faz de forma genérica, sem a demonstração exata dos pontos pelos quais o acórdão se fez omissivo, contraditório ou obscuro. Aplica-se, na hipótese, o óbice da Súmula 284 do STF. A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. ALEGAÇÃO GENÉRICA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. SÚMULA 284/STF. MANDADO DE SEGURANÇA. LIMINAR. IRREVERSIBILIDADE E SATISFAÇÃO DA MEDIDA. JULGAMENTO ULTRA PETITA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ.

1. Considera-se genérica a alegação de ofensa ao art. 535 do CPC consubstanciada na afirmação de que não foram analisados determinados dispositivos de Lei, uma vez que esta é incapaz de individualizar a omissão ocorrida no acórdão recorrido, bem como tornar clara sua relevância para a solução da controvérsia apresentada nos autos.

[...]

Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 1.318.004/AM, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/3/2013, DJe 2/4/2013)

Nesse mesmo sentido são os seguintes precedentes: **AgRg no REsp 1.084.998/SC**, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 12/3/2010; **AgRg no REsp 702.802/SP**, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma DJe 19/11/2009, e **REsp 972.559/RS**, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Quinta Turma, DJe de 9/3/2009.

Passo seguinte, no tocante à alegada carência de ação, merece destaque o seguinte excerto do acórdão recorrido (fls. 232/233):

[...] entendo que, em relação ao pedido de repetição do indébito tributário, a legitimidade passiva é do Distrito Federal, ente federativo destinatário do imposto de renda retido na fonte no caso em comento, posto que a autora é pensionista do Distrito Federal.

Todavia, em relação ao pedido de anulação da cobrança expedida pelo Ministério da Fazenda, bem como do pleito de que a requerida se abstenha de reter, glosar e/ou compensar o débito, entendo que a questão muda de figura, posto que, para fins de anulação de ato administrativo de lançamento de

tributos federais, não tem competência a Justiça do Distrito Federal.

Ressalvo que somente a Justiça responsável pela autoridade fiscal competente, in casu, da Receita Federal de Curitiba tem legitimidade para decretar a nulidade do ato administrativo ilegítimo ou viciado. Ou seja, somente a Justiça Federal de Curitiba, relativamente a lançamento fiscal emanado da Receita Federal de Curitiba tem legitimidade e competência para desfazer ou anular o ato considerado indevido ou viciado.

Dessa forma, incabível a extinção do feito, posto que a legitimidade é da Justiça Federal de Curitiba, e, em segunda instância deste Tribunal, para analisar a questão da anulação do lançamento fiscal, bem como presentes os pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.

No presente caso, o recurso especial não impugnou fundamentos basilares que amparam o acórdão recorrido, a saber, o de que "*para fins de anulação de **ato administrativo de lançamento de tributos federais**, não tem competência a Justiça do Distrito Federal*" e o de que "*somente a Justiça Federal de Curitiba, relativamente a lançamento fiscal emanado da Receita Federal de Curitiba tem legitimidade e competência para desfazer ou anular o ato considerado indevido ou viciado*", esbarrando, pois, no obstáculo da Súmula 283/STF, que assim dispõe: "*É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles*". A respeito do tema: **AgRg no REsp 1.326.913/MG**, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 4/2/2013; **EDcl no AREsp 36.318/PA**, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 9/3/2012.

Por fim, em relação à necessidade de laudo oficial para a comprovação da moléstia isentiva de imposto de renda, colhe-se do acórdão recorrido (fls. 235/236):

[...] tenho que o reconhecimento do nulidade do lançamento fiscal passa, necessariamente, pela verificação do cabimento, ou não, do reconhecimento da isenção por moléstia grave da autora.

*Para tal verificação, a perícia médica procedida na demanda da Justiça Federal de Curitiba, realizada por médico indicado pelo próprio juízo federal, bem como pelas demais provas trazidas aos autos, **são provas suficientes e capazes de demonstrar o acometimento da demandante de NEFROPATIA GRAVE desde 2008**, de modo que teria esta direito ao reconhecimento da isenção do imposto de renda.*

Em relação ao fato de que a prova seria emprestada de processo extinto, esclareço que a extinção do processo não decorreu da inexistência do direito alegado, mas tão só por ausência de um dos pressupostos de regularidade processual (reconhecimento da competência da Justiça Estadual do Distrito Federal.

Cabe ressaltar que a prova pericial realizada perante o MM. Juízo da 3ª Vara Federal de Curitiba foi devidamente submetida ao crivo do contraditório e teve todas as formalidades legais atendidas, não havendo motivos para ser desconsiderada por este Julgador.

Não podemos olvidar que a prova pericial realizada na demanda da JF de Curitiba, comprovando a moléstia isentiva, teve tal peso probatório que foi usada como embasamento da concessão da tutela antecipada pelo juiz monocrático.

Em relação ao reconhecimento do direito de isenção da autora, por causa da nefropatia grave, a Justiça do Distrito Federal, com base na mesma perícia e nas demais provas trazidas pela demandante, reconheceu o acometimento da moléstia e o cabimento da isenção do imposto de renda, tendo como marco inicial de contagem a data de 1º de janeiro de 2008.

*Nesse passo, ainda que não tenha ocorrido ainda o trânsito em julgado da demanda da Justiça do Distrito Federal (Ação nº 2013.01.1.100529-0), que se encontra no TJDF, aguardando julgamento do apelo interposto pela requerida, **não existem dúvidas quanto ao real acometimento da moléstia isentiva.** Tal fato é inquestionável.*

Dessarte, considerando que não paira mais controvérsia quanto ao fato da autora ser portadora de moléstia isentiva (Nefropatia Grave) desde 1º de janeiro de 2008, entendo que não há legitimidade para que seja cobrado os débitos referentes ao IRPF, exercício 2012.

Tenho que se a autora é isenta de imposto de renda desde 2008, por nefropatia grave, não pode ser cobrado débito do mesmo tributo, do exercício de 2012.

*Diante do exposto, **é cabível a anulação do lançamento tributário formalizado através NFLD nº 2010/826899130467295.***

A respeito do tema, o STJ possui enunciado sumular segundo o qual "*É desnecessária a apresentação de laudo médico oficial para o reconhecimento judicial da isenção do imposto de renda, desde que o magistrado entenda suficientemente demonstrada a doença grave por outros meios de prova*" (**Súmula 598**, Primeira Seção, julgado em 8/11/2017, DJe 20/11/2017).

Na espécie, conforme antes anotado, a Corte Regional expressamente

Superior Tribunal de Justiça

assinalou que "*a perícia médica procedida na demanda da Justiça Federal de Curitiba, realizada por médico indicado pelo próprio juízo federal, bem como pelas demais provas trazidas aos autos, são provas suficientes e capazes de demonstrar o acometimento da demandante de NEFROPATIA GRAVE desde 2008, de modo que teria esta direito ao reconhecimento da isenção do imposto de renda*".

Assim, por estar em harmonia com o posicionamento do STJ, não merece reparos o acórdão recorrido.

Anote-se, outrossim, não ser possível, na estreita via especial, alterar essa conclusão da Corte de origem, por demandar, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada nesta sede, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

ANTE O EXPOSTO, conheço em parte do recurso especial da **Fazenda Nacional** e, na parte conhecida, nego provimento.

Publique-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator